



GRUPO DIGNIDADE

Supremo Tribunal Federal

09/02/2015 18:45 0004183



Ofício nº 002/2015 (DH/dh)

Curitiba, 02 de fevereiro de 2015

Ao: Exmo. Sr. Ministro Celso de Mello
Supremo Tribunal Federal
Praça dos Três Poderes
Brasília - DF
CEP 70175-900

→ Junte-se, por linha
(ADO n. 26 / DF).
09/02/2015.

Assunto: Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26

Senhor Ministro,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste solicitar que o abaixo assinado em anexo seja incluído no processo da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26), ajuizada pelo Partido Popular Socialista, em relação à criminalização de atos de homofobia.

Na expectativa de sermos atendidos, estamos à disposição.

Respeitosamente,


Toni Reis
Diretor Executivo

Av. Mal. Floriano Peixoto, 366, Cj. 47, Centro, 80010-130 - Curitiba-PR – Fone/Fax: 41 3222 3999

Fundação: Curitiba, 14-03-92

Registro Civil nº 13.111, Livro A, Cartório do 1º Ofício (13-08-92) CNPJ: 68.604.560/0001-99

Membro da International Lesbian & Gay Association

Filiado à Associação Brasileira Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Registro no Conselho Nacional de Assistência Social: Resolução nº 119 de 25-10-95

Entidade Beneficente de Assistência Social CEAS: Resolução 152 de 20-10-98 (D.O.U. 23-10-98, Seção 1, pág. 118)

Utilidade Pública Estadual: 27-09-93, Lei nº 10.459

Utilidade Pública Municipal: 17-12-93, Lei nº 8.346

Utilidade Pública Federal: Decreto de 05-05-97 (D.O.U. 06-05-97, Seção 1, pág. 9015)

**Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal: STF
exija a criminalização da homofobia, lesbofobia, transfobia e bifobia ao
Congresso Nacional.**

Queremos que as discriminações e preconceitos em razão da orientação sexual e identidade de gênero das pessoas sejam punidas conforme a legislação atual contra a discriminação (Lei Federal 7.716).

O Senado Federal apensou ao projeto de reforma do Código Penal o PLC 122, que iria modificar a Lei 7.716 protegendo as pessoas dessas discriminações, assim atrasando ainda mais algo que é de grande urgência para o nosso país.

Sendo assim, pedimos ao STF que julgue a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26) e estabeleça ao Congresso Nacional prazo urgente para aprovação de legislação para o combate a homofobia e transfobia no Brasil.

Essa ação se faz necessária e urgente e por isso subscrevemos esse abaixo assinado.

Nome	CPF/RG
Juliana F. Dias	373.502.618-45
Roberto Bernardino	12.982.839-0
Carla de Fatima Ferreira Nunes	837597869-87
Ruilma S. Stal	242667152
Katun Ap. Ferreira Bueno	13.132.179-99
monymony nari nari	8.565.127-6
Louisa Thulle	79547873
MAGGIAN DE CASANOVA	1.697.660-1
Guilherme Oliveira Santos	9334529-PR
Ysabel W. R.	91035109
livio Jesus manzuta	0746005967
Yayane Cortes	10.878.630-2
Sidriana Zampierini	7.703.9174 103255351910
SANDRA M. A. G. DOS SANTOS	3.068.630-6
Barbara Que des de Oliveira	10.102.485-7
Eckel Ingrid Sedlmayr	896131209-04 6192780-PR
Adelaine Cruz	5849-49
Rodrigo Grolski	96500427
Regina B. de m. lo doo	874.607.509-72
Katrin Valéria T. Costa	1310963
Margarita Mendes do Cruz	087446644-02
Cina Carolina Curima	077.268.839-79
Fernanda Altremayr Barbosa	044.9982.1115
Julie O. Barbosa	13.153.600
Erenon O. Silva	12.557.635-4
Guarandira M. Margueth	96490123
Marcos J. Ferreira	2.448.761-8
Eliane Aparecida Portes	5.585.208-8
Jeerson Jonson Eggers	066.567.919-05
Alan Christiano Caldeira	103014948

https://secure.avaaz.org/po/petition/Ministro_Ricardo_Lewandowski_Presidente_do_Supremo_Tribunal_Federal_STF_exija_a_criminalizacao_da_homofobia_e_transfobia_1/?preview=live

**Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal: STF
exija a criminalização da homofobia, lesbofobia, transfobia e bifobia ao
Congresso Nacional.**

Queremos que as discriminações e preconceitos em razão da orientação sexual e identidade de gênero das pessoas sejam punidas conforme a legislação atual contra a discriminação (Lei Federal 7.716).

O Senado Federal apensou ao projeto de reforma do Código Penal o PLC 122, que iria modificar a Lei 7.716 protegendo as pessoas dessas discriminações, assim atrasando ainda mais algo que é de grande urgência para o nosso país. Sendo assim, pedimos ao STF que julgue a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26) e estabeleça ao Congresso Nacional prazo urgente para aprovação de legislação para o combate a homofobia e transfobia no Brasil.

Essa ação se faz necessária e urgente e por isso subscrevemos esse abaixo assinado.

Nome	CPF/RG
Lucas Vignini Gracie	016.723.832-93
ASIR BRITO FILHO	855.756.159-87
Roberto Cavalcanti	80906552
Bruno M. Bery	079490889-55
Rogério Mendes da Silva	132024200
Yury Fernando dos Santos	12.318.814-4
Tamara Vital	11.043519-3
Lawrence Edivelet	0133757024
Leonardo Nogueira	106.821.249-74
Sabrina Guimarães de Sá	12982829-0
Juliana Fidelis Dias	373.502.618-45
Rouseley Yago Raul	073.791.729-10
Jeanine Reisim	014.325.049-03
Caro Clara de Almeida	059.414.569-48
Ana Flávia Cabral	070.384.369-96
Juliana Cassino	
Tayna Miesse Tsubida	108.813.579-01
PATRICIA DA SILVA COSTA	10362643-9
CAROLINE VIEIRA COLACO	
ABILENE CAROLINE CARNEIRO	10.544621-7
Alexsandro C. Richi	6
Beatriz Ribeiro	12855486-6
Bruno Campos Ribeiro	130622917
Kelly M. Ross Riquitino	081352119-02
Isabel de L. Protes	6.970103-5
NABYLLA FIORI DE LIMA	07 10145289-1
ARTHUR MELSTER WISTUBA	079607169-19
TONI REIS	3883811-3
ALEXANDRE CORER	97235120
Bruno Zilg Kotvisky	6.111.471-4
Lucaes Henrique do S. Cabral	9.779.909-7

https://secure.avaaz.org/po/petition/Ministro_Ricardo_Lewandowski_Presidente_do_Supremo_Tribunal_Federal_STF_exija_a_criminalizacao_da_homofobia_e_transfobia_1/?preview=live

**Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal: STF
exija a criminalização da homofobia, lesbofobia, transfobia e bifobia ao
Congresso Nacional.**

Queremos que as discriminações e preconceitos em razão da orientação sexual e identidade de gênero das pessoas sejam punidas conforme a legislação atual contra a discriminação (Lei Federal 7.716).

O Senado Federal apensou ao projeto de reforma do Código Penal o PLC 122, que iria modificar a Lei 7.716 protegendo as pessoas dessas discriminações, assim atrasando ainda mais algo que é de grande urgência para o nosso país.

Sendo assim, pedimos ao STF que julgue a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26) e estabeleça ao Congresso Nacional prazo urgente para aprovação de legislação para o combate a homofobia e transfobia no Brasil.

Essa ação se faz necessária e urgente e por isso subscrevemos esse abaixo assinado.

Nome	CPF/RG
MÁRIO BIBIANO DA SILVA	19.456.623-7
Felipe R. Alves	46.280.317-7
João Carlos Freitas de Carvalho	10.028.091-4
Jaqueline Lailith	95591866 (celular)
OSNY TEODORO RAMOS	1.726.412
Thais Medeiros Vieira de Sousa	1344762000-9 (SSP-MA)
RAÍSA ALVES MOREIRA	2007366839-1 CE
Alexsander D. Silva	090696509-83
ANDERSON MIEGAS	04397263957 / 9125189-2
Michael C. J. Cordoso	13403527-8
Milena C. dos Santos	9811-3042 (celular)
Naiara Andreoli Bittencourt	045.498.429-46 / 1994.833-8
Enzo O. Meiroz	16491935-16 (41) 93770787
Jana Talita Braga	70351325034
Maniel Chima Rodrigues	2479.842-8
Luiz Sover	302509206-5
Camilla D. Pomet	078.732.169-93
Bernardo de Siqueira	402.644.679-99
Ana Julia Siqueira	083089329-67
Lucas Baltino Pomet	078732159-11
Aline Bratt	21658161
André Wilson Gues Arquel	10.711.784-9
Georgina C. M. Pereira	1258391
CASSIA ARBENGAUS	091381159-99
Guilherme Franco do Amaral	079.299.979-16
Isomila Ferronato	073.596.069-00
Jeano Lima	098.588.679-05
Jesús Pedroso Nader	13.400.205-05
Nayara Fabrício Farrago	94015009311 - SSP/CE
TALITA ALVES LEIZ	9954563-1

https://secure.avaaz.org/po/petition/Ministro_Ricardo_Lewandowski_Presidente_do_Supremo_Tribunal_Federal_STF_exija_a_criminalizacao_da_homofobia_e_transfobia_1/?preview=live

**Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal: STF
exija a criminalização da homofobia, lesbofobia, transfobia e bifobia ao
Congresso Nacional.**

Queremos que as discriminações e preconceitos em razão da orientação sexual e identidade de gênero das pessoas sejam punidas conforme a legislação atual contra a discriminação (Lei Federal 7.716).

O Senado Federal apensou ao projeto de reforma do Código Penal o PLC 122, que iria modificar a Lei 7.716 protegendo as pessoas dessas discriminações, assim atrasando ainda mais algo que é de grande urgência para o nosso país.
Sendo assim, pedimos ao-STF que julgue a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26) e estabeleça ao Congresso Nacional prazo urgente para aprovação de legislação para o combate a homofobia e transfobia no Brasil.
Essa ação se faz necessária e urgente e por isso subscrevemos esse abaixo assinado.

Nome	CPF/RG
David Angel Macias	509532202
Estória Maria Dora Wolk	0667528977
Carla R. Purcote	11.113.745-5
Alisson Karol Reis	062-469-859-00
Juan Alfonso	10.551.564-2
Helena Almeida Lima	971112207
Rubens Bordimiro Camargo	317.875.278-14
Débora Karol	09981552925
José Alencar	39.712.292-8
Kellyn Karline A. Gonca	10.542.930-4
Reynold M. de Oliveira Lima	13.658.022-7
Gilda Ferreira Zanetti	33.680.077
Jessica Martins Batista	076.889.829.36
Juliana Nery Duarte	082.586.449-48
Isa Siqueira de Barros	1.278.549-5
Diego M. M. M. M.	3.906-865-3
Carlos de Toledo	1436-458
Robertta Madenho Custodio	10.911.624-7
Beatriz Seitz	12.066.572-9
Yasmin	495-219 DF
Luiz Dantas	789.877.029-30
DANIELA PHOENIX	99604292
Fabrizio Nascimento	8613-5589
Roberto Carlos	40412050953
Roberto Carlos	1101050404
ANDRÉ LUIZ	9215444-0
André Luiz	2291588-0
André Luiz	3959624
Roberto Carlos	76832668
André Luiz	1405425

https://secure.avaaz.org/po/petition/Ministro_Ricardo_Lewandowski_Presidente_do_Supremo_Tribunal_Federal_STF_exija_a_criminalizacao_da_homofobia_e_transfobia_1/?preview=live

Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal: STF

exija a criminalização da homofobia, lesbofobia, transfobia e bifobia ao

Congresso Nacional.

Queremos que as discriminações e preconceitos em razão da orientação sexual e identidade de gênero das pessoas sejam punidas conforme a legislação atual contra a discriminação (Lei Federal 7.716).

O Senado Federal apensou ao projeto de reforma do Código Penal o PLC 122, que iria modificar a Lei 7.716: protegendo as pessoas dessas discriminações, assim atrasando ainda mais algo que é de grande urgência para o nosso país. Sendo assim, pedimos ao STF que julgue a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26) e estabeleça ao Congresso Nacional prazo urgente para aprovação de legislação para o combate a homofobia e transfobia no Brasil.

Essa ação se faz necessária e urgente e por isso subscrevemos esse abaixo assinado.

Nome	CPF/RG
Roberty Silva	1.394.596 - PE
Jessica A. de Loren	12.528.892.8
DANIEL BERTINATO GUARDIANO DE S.	13.139.932 - 9
OTRINI A. DE SOUZA	567.126.009-44
Silviana de Almeida	048.430.929-92
Guilherme P. L. Souza	16.789.429 - MG
XXXXXXXXXX	
Rafael Elinino	072.227.619.03
Juliana Serdella de Lima	0778.111-6
Sébio Fernando da Silva	075.136.619.60
Claudia Andrade	12.447.879.7
Andressa Cecchin	8.723.445.6
Adriana Martins	10.070.025-5
Elis Regina T.R. da Silva	8.071.309-6
Celso J. G. da Silva	5.039.297-0
Talita Alves Luiz	6.120.312-5
Sermanda de Souza Amorim	9.954.563-1
Luís Karavaki	7.913.176-8
Guilherme Ricardo dos Pontes	4.436.636-4
Wagner R. Batista	093.869.439-13
Raquel Soares M. Gomes	CPF: 084.469.729-05
Andressa Fedeatto	055.464.559.93
Aline Oliveira	10175301-8
ALESSANDRA S. VIEIRA	6.147.960-0
SEFERGON H.	10.121.577-6
Sergio Almeida	12.673.49-6
Vinicius Vidal	16.232.344-4
Julia Machado	20.159.419-9
	8.524.917-7

https://secure.avaaz.org/po/petition/Ministro_Ricardo_Lewandowski_Presidente_do_Supremo_Tribunal_Federal_STF_exija_a_criminalizacao_da_homofobia_e_transfobia_1/?preview=live

**Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal: STF
exija a criminalização da homofobia, lesbofobia, transfobia e bifobia ao
Congresso Nacional.**

Queremos que as discriminações e preconceitos em razão da orientação sexual e identidade de gênero das pessoas sejam punidas conforme a legislação atual contra a discriminação (Lei Federal 7.716).

O Senado Federal apensou ao projeto de reforma do Código Penal o PLC 122, que iria modificar a Lei 7.716 protegendo as pessoas dessas discriminações, assim atrasando ainda mais algo que é de grande urgência para o nosso país.

Sendo assim, pedimos ao STF que julgue a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26) e estabeleça ao Congresso Nacional prazo urgente para aprovação de legislação para o combate a homofobia e transfobia no Brasil.

Essa ação se faz necessária e urgente e por isso subscrevemos esse abaixo assinado.

Nome	CPF/RG
ANDERSON B. RIBEIRO	73.575.409-7
Enaile Patricia Reslan	9.011.256-7
Luiz Roberto Miranda	1.769.872
Almeida Schall Ferreira	12801502-7
Luiz Vitor	10.916.668-8
Ramilson de Souza	7.994.390-8
WILSON MATEUS	8.139.541-1
Alto Felipe S. Oliveira	10568711-1
João Victor Tibúrcio Rosa	8.819.245-1
Flamoni de Lima	088.322.239-6
Maurício de Almeida	4287924-0
Ruday A. Moraes Donel	13179797-7
Eder T. A. Oliveira	057157139-51 0032293-3
Ricardo Hamann	057157139-51
JOÃO MARCELO DE FREITAS	6.158.7349
Raquel Wull Sena Peres	6.806.285-3
Válcir M. Santos Jr	79543120200
Wesley Rogério do S. L.	6791594-1
Carla Gonçalves Hariduk	12.696.288.6
Otávio Bezerra	5036 076 - SSP-PE
Mariana Christeni Leite	348 9438 149m.6
	9.399.796.9

https://secure.avaaz.org/po/petition/Ministro_Ricardo_Lewandowski_Presidente_do_Supremo_Tribunal_Federal_STF_exija_a_criminalizacao_da_homofobia_e_transfobia_1/?preview=live

